

RESENHA

LYNCH, C. E. C.; RAMIRO JUNIOR, L. C.; SOUZA, I. A. M. (org.).
Rio 2º Distrito Federal: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2021

REVIEW

LYNCH, C. E. C.; RAMIRO JUNIOR, L. C.; SOUZA, I. A. M. (org.).
Rio 2º Distrito Federal: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2021

RAMON LAMOSO DE GUSMÃO¹

O 8 de janeiro de 2023 ficará marcado na história política brasileira. Foi o dia em que milhares de seguidores do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, tentaram incitar ou promover um golpe de Estado em Brasília, com a destruição das sedes dos três poderes. O fato nos remete a uma das teorias sobre a construção de Brasília: a nova capital teria nascido de um anseio antidemocrático.

Para os cientistas políticos Christian Cyril Lynch e Luiz Carlos Ramiro Júnior, e o diplomata Igor Abdalla Medina de Souza, é preciso reverter essa e outras alegadas disfunções características da centralização do poder em Brasília. Como fazê-lo? Os autores propõem que Rio de Janeiro e Brasília dividam a função de capital. Esse é o pressuposto dos doze artigos reunidos em *Rio 2º Distrito Federal: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização* (2021), lançado pela Editora Jaguatirica.

O livro ultrapassa o debate acadêmico. É um manifesto político em defesa da elevação do Rio de Janeiro “à condição formal de um segundo Distrito Federal, na qualidade de segunda capital do Brasil” (Lynch, 2021, p. 109). Como ocorre em outros países, teríamos duas capitais: uma no litoral, outra no interior. A questão da localização da capital remonta à colônia. Os autores retomam essa

¹ Mestrado em História pela Universidade Nova de Lisboa. Mestrando em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: rgusmao07@hotmail.com.

discussão e apresentam uma série de razões históricas e simbólicas para reivindicar o retorno do Rio como uma das sedes político-administrativas do país.

A mais plausível das premissas é a que trata da relação entre a decadência da cidade e a incompletude da mudança para Brasília. Mesmo não sendo capital há décadas, servidores e instituições federais permanecem no Rio de Janeiro. São seis hospitais vinculados ao Ministério da Saúde, bem como as sedes da Petrobras, do BNDES, e órgãos e contingentes militares. Há ainda instituições como a Fundação Nacional de Artes (Funarte), Biblioteca e Arquivo Nacional, a Casa de Rui Barbosa, as sedes das agências nacionais do Cinema, de Saúde, além da Casa da Moeda, e a sede carioca dos ministérios de Relações Exteriores e da Economia.

Isso obriga o governo federal a transferir recursos e manter um orçamento específico, sem que a cidade exerça nenhuma função federal. O que não impede, segundo os autores, que o Rio perca relevância política e econômica. E o faz acumular problemas aparentemente insolúveis, como na segurança pública e na saúde. “Sua decadência tem obrigado o governo federal a cada vez mais frequentes ‘intervenções brancas’ para resolver os problemas locais”, argumenta Lynch (2021, p. 106). Esse declínio é atribuído à transferência da capital. Uma consideração relevante é a de que a cidade nunca foi indenizada. Ao contrário do que ocorreu em outros locais, como é o caso de Bonn, capital da então República Federal da Alemanha. Diante desse cenário, os autores exortam: por que, então, não se dividem oficialmente as atribuições de capital entre Rio e Brasília? A resposta de Lynch é a seguinte: os mesmos interesses oligárquicos que teriam levado à construção de Brasília impedem que o Rio volte a ser capital. O mudancismo do ex-presidente Juscelino Kubitschek é interpretado como uma mescla de “autoritarismo burocrático” e “federalismo oligárquico”, forjados na República Velha (Lynch, 2021, p. 32).

No artigo síntese, o cientista político, professor do IESP-UERJ e pesquisador da Casa de Rui Barbosa, Christian Lynch, levanta a hipótese de que o aprofundamento do clientelismo entre Legislativo e Executivo é consequência do funcionamento do Congresso Nacional em Brasília. O clientelismo, no entanto, está presente em toda a história política brasileira e é um fenômeno diacrônico, com oscilações ao longo do tempo (Carvalho, 1997). Basta apenas

lembrar que o Rio era a capital enquanto se desenrolou a chamada “República das Oligarquias” (1889-1930), marcada pelo clientelismo.

Um dos objetivos da nova capital, distante e impenetrável, teria sido fortalecer o poder do presidente da República e, por consequência, “enfraquecer a capacidade de fiscalização do governo por parte do Legislativo” (Lynch, 2021, p. 60). Mas, na história política recentíssima, observa-se o oposto: protagonismo do Congresso e vozes em defesa do sistema parlamentarista (Freitas, 2021; Traumann, 2022). Com a crise do chamado “presidencialismo de coalização” (Abranches, 2015), o argumento de hegemonia do Executivo sobre o Legislativo também perde força. E o autor tampouco fornece dados empíricos e evidências históricas que demonstrem a correlação entre Brasília, o suposto aumento do clientelismo e a primazia do Executivo.

Outra premissa em defesa das duas capitais é a de que a interiorização foi motivada por uma espécie de “demofobia”, a necessidade de afastar o povo das instâncias decisórias (Lynch, 2021). Segundo o autor, foram várias as razões para construir a nova capital, “mas a democracia nunca foi uma delas” (Lynch, 2021, p. 39). A crítica ao isolamento de Brasília, contudo, parece anacrônica, perdida entre a época da construção e o final da ditadura. Seis décadas depois de inaugurada, a realidade se sobrepõe à utopia imaginada para a cidade. Hoje, é a terceira cidade em população do Brasil, com 2,8 milhões de habitantes (IBGE, 2023). Incluindo o que o IBGE classifica de Grande Concentração Urbana de Brasília, que engloba todo o Distrito Federal mais oito municípios vizinhos do estado de Goiás, são 3,8 milhões de pessoas (IBGE, 2023).

Se o projeto Brasília era mantê-la distante, com população restrita e sob controle, ele nasceu morto, como já demonstrado por diferentes autores. “Embora tenha sido construída para criar um tipo de sociedade, Brasília foi necessariamente construída e habitada por outra – pelo resto do Brasil, que se pretendia negar”, afirma Holston (1993, p. 30). Milhares de operários permaneceram após a construção e os migrantes continuam a chegar, como comprova o fluxo demográfico.

A “demofobia” seria sintetizada pelo plano urbanístico e arquitetônico, com espaços amplos e abertos, que dificultariam a circulação de pessoas e a realização de manifestações (Lynch, 2021). Se isso foi verdade nos primórdios

da nova capital, e se acentuou durante a ditadura (1964-1985), sofreu transformações ao longo das últimas quatro décadas.

Pelo menos desde a redemocratização, a capital é palco de pressões populares relevantes. Seja no movimento pelas “Diretas Já”, durante a Constituinte, no impeachment do então presidente Fernando Collor, ou nos protestos de 2013, a monumentalidade de Brasília não parece intimidar o povo. Menos de dois anos antes das demonstrações golpistas de 8 de janeiro de 2023, ocorreu a maior exibição pública de povos indígenas registrada na nossa história. Pelo menos seis mil acamparam e se manifestaram na Esplanada (Soares, 2021).

As manifestações de junho de 2013 são consideradas as maiores da história do país, com milhões de pessoas nas ruas, em centenas de cidades (Rocha, 2021). Em Brasília, a imagem icônica foi a tentativa de ocupação do Congresso Nacional, em 20 de junho. Não cabe nesta resenha discutir os perfis, as consequências e as diferenças entre essas manifestações. Interessa levar em consideração que todas ocorreram em Brasília e fragilizam o argumento da “demofobia”.

Das justificativas levantadas a favor do Rio como segunda capital, a idealização da cidade é a de sustentação mais débil: “O Brasil democrático carecia de ter uma capital em uma grande metrópole vibrante, cosmopolita, de economia dinâmica e variada, culturalmente rica”, afirma Lynch (2021, p. 62). Nos diferentes artigos, os autores chegam a concluir por uma espécie de predestinação carioca para ser capital. Por vezes, são retirados de contexto, sobrevalorizados e acionados de forma anacrônica os quase 200 anos em que foi capital.

Apela-se para o senso comum do Rio de Janeiro como uma “vitrine da nacionalidade”, símbolo e síntese do país, cidade que traduziria a unidade e a identidade brasileiras (Lynch, 2021, p. 78). Mais uma vez, o pressuposto carece de lastro histórico. Há uma identidade nacional ou é uma representação construída historicamente? Ter sido capital por quase duzentos anos é suficiente para espelhar a identidade de um país tão diverso e extenso? O livro não traz essas respostas.

Mas, para um segmento relevante do pensamento histórico-social, a

identidade brasileira existe apenas no plano ideológico, portanto das elites, e serve ao apagamento das nossas contradições reais (Mota, 1986, p. 9). Como definir a “identidade nacional” de um país com história marcada por desigualdades de todos os tipos, e com a proliferação das identidades locais (Debrun, 1990)?

Segundo o conceito clássico de Benedict Anderson (2008), identidade nacional é uma “comunidade imaginada”. Para Hall (2001), as identidades são cada vez mais fluidas. Tratá-las de forma “plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (Hall, 2001, p. 13). Mas, no livro, ignora-se que representações e identidades são construídas e destruídas historicamente. Por exemplo, para os negros africanos que chegaram ao Cais do Valongo no século XIX, certamente a cidade era síntese e símbolo da escravidão. Exalta-se, no entanto, a imagem romantizada de “vitrine da nação”, com a chegada de D. João VI, em 1808.

Essa cidade à qual o livro se refere como “vitrine da nação” era, na realidade, o maior porto negreiro das Américas (Alencastro, 2022). O que revela uma visão claramente elitista/ideológica sobre uma cidade marcada pela escravidão. Há também um problema de conceituação histórica, pois naquele momento, 1808, “não havia nem sombra de uma nação brasileira” (Pimenta, 2022, p. 59).

O enaltecimento dos ícones nacionais da “cidade maravilhosa”, como o samba, o carnaval, a bossa nova, o Pão de Açúcar, a praia de Copacabana, e o Cristo Redentor (Lynch, 2021, p. 144) é outro clichê da tal “brasilidade”. Uma tradição inventada no século XX, que reivindica “continuidade histórica e direitos naturais”, segundo o conceito de Hobsbawm (1997, p.10).

No ímpeto de justificar o Rio como segunda capital, os autores pinçam o que consideram aspectos positivos. As Olimpíadas de 2016, a Copa de 2014 e os Jogos Panamericanos de 2007 são glorificados como megaeventos internacionais, cuja sede foi escolhida por representar o que o país tem de melhor. Mas há outras formas de interpretar essa preferência. Na visão de Debrun, a inexistência de consenso sobre a identidade brasileira a faz deslizar “para o folclore, para o atrativo turístico” (Debrun, 1990, p. 40).

Enquanto esta resenha era escrita, em novembro de 2021, o ex-

presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, e o ex-governador, Sérgio Cabral, foram condenados à prisão. A acusação é de compra de votos para garantir a eleição do Rio como sede dos jogos de 2016. A escolha, portanto, parece não ter sido apenas pelo simbolismo. O livro ainda desconsidera as violações de direitos humanos, relatadas em pesquisas e documentos como o *Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro* (2014).

Se a pretensão é atingir um público mais amplo, retomar o debate sobre a questão da capital e ser um manifesto político pela recuperação do Rio de Janeiro, o livro cumpre os objetivos. Por outro lado, como demonstrado, carece de rigor na análise histórica. Em que pese o uso discutível de conceitos como “símbolo e síntese da identidade nacional” e “vitrine da nação” para defender o Rio, o livro tem méritos.

O principal deles é trazer para a esfera pública uma questão fundamental para pensarmos o país. Quais características deve ter e que papel precisa desempenhar a cidade escolhida como capital do Brasil, para assegurar uma república federativa e democrática de fato? Esse debate foi travado publicamente durante a construção de Brasília, com argumentos contra e a favor da mudança. No contexto atual, contudo, não parece haver um interesse disseminado na sociedade e nos meios políticos sobre a localização da capital.

Por fim, como demonstraram a Salvador colonial, o Rio de Janeiro colonial, monarquista e republicano, e a Brasília modernista e republicana, as complexidades históricas superam os determinismos. O espaço urbano segue dinâmicas próprias que arquitetos, urbanistas, militares e políticos não podem prever e nem controlar. Ainda assim, *Rio 2º Distrito Federal: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização* (2021) é um livro importante. Ele reaviva um problema de longa duração, a questão da capital: a que foi, a que é, e aquela ideal, idílica, utópica, cujo modelo e localização se reinventam e se propõem a cada ciclo da nossa história.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Crises políticas no presidencialismo de coalizão. **Portal Sérgio Abranches**, 21 dez. 2015. Disponível em: <https://sergioabranched.com.br/politica/118-criSES-politicas-no-presidencialismo-de-coalizacao>. Acesso em: 23 jan. 2022.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 200 anos de independência: ecos do passado. **Veja**, 7 jan. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/200-anos-da-independencia-ecos-do-passado/>. Acesso em: 7 jan. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, IESP/UERJ, Volume 40, Número 2, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/?lang=pt>. Acesso em: nov. 2021.

DEBRUN, Michel. A identidade nacional brasileira. **Estudos Avançados**, volume 4, número 8 (1990), 39-49. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8542>. Acesso em: 7 jan. 2022.

FREITAS, J. S. et al. Parlamentarismo branco no Brasil. **LIBERTAS: Rev. Ciênci. Soc. Apl.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p.97-110, jan./jul. 2021. Disponível em: <http://famigvirtual.com.br/famig-libertas/index.php/libertas/article/view/284/264>. Acesso em: nov. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª Edição, 1993.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: População e domicílios – primeiros resultados. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

LYNCH, Christian E. C.; RAMIRO JUNIOR, L. C.; SOUZA, I. A. M. (org.). **Rio 2º Distrito Federal**: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2021.

MOTA, Carlos Guilherme. A cultura brasileira como problema histórico. **Revista da USP** (3), p. 07-40, 1986. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rusp/article/view/132199>. Acesso em: 7 jan. 2022.

PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.

RIO DE JANEIRO. Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf. Acesso em: nov. 2021.

ROCHA, João César de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

SOARES, Ingrid. Milhares de indígenas protestam em Brasília contra marco temporal. **Correio Braziliense/Correioweb**, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/08/4945651-milhares-de-indigenas-protestam-em-brasilia-contramarco-temporal.html>. Acesso em: nov.

2021.

TRAUMANN, Thomas. O homem mais poderoso do Brasil. **Veja**, 20 jan. 2020.
Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/thomas-traumann/o-homem-mais-poderoso-do-brasil/>. Acesso em: 20 jan. 2022.